

Parte 1 - Subordinação na oração

7 - As orações adverbiais interacionais

Joceli Catarina Stassi-Sé

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

STASSI-SÉ, JC. As orações adverbiais interacionais. In: PEZATTI, EG., orgs. *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 183-213. ISBN 978-85-6833-480-5. Available from: doi: [10.7476/9788568334805](https://doi.org/10.7476/9788568334805). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/zpbsx/epub/pezatti-9788568334805.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

7

AS ORAÇÕES ADVERBIAIS INTERACIONAIS

*Joceli Catarina Stassi-Sé**

Palavras iniciais

No estudo apresentado neste capítulo, norteado pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), procurou-se aprofundar a discussão acerca da adverbialidade e da (in)dependência entre orações, utilizando, para isso, as variedades da língua portuguesa.

Com o objetivo de contribuir para a sistematização dos estudos sobre a subordinação, a pesquisa realizada investigou construções que, embora apresentem a forma de uma subordinada adverbial, não se subordinam formalmente a uma oração principal. Buscou-se, assim, determinar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas dessas construções, perspectiva de trabalho que difere drasticamente daquelas que investigam o fenômeno sem considerar seu domínio mais amplo de articulação entre orações.

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (jocelistassise@hotmail.com).

Dos domínios das construções (in)dependentes

A análise do tipo de construção a que o trabalho apresentado neste capítulo se dedicou levanta uma série de discussões teóricas que envolvem a (in)dependência entre orações nos domínios da subordinação e da coordenação.

Ao caracterizar esses domínios, no intuito de esclarecer em que âmbito se situa o fenômeno estudado, faz-se imperativo verificar, primeiramente, sobre qual nível de dependência se está falando: formal, semântico ou pragmático.

Decat (1999) reflete sobre a dificuldade de explicar casos como o das chamadas “falsas coordenações”, ou das orações subordinadas sem a matriz, e aponta quão complicado é identificar o estatuto das orações em relação à noção de dependência. Nesse prisma, considera necessária a distinção entre: 1) orações dependentes que se relacionam com os fatos da gramática da língua, ou seja, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical; 2) orações dependentes que representam opções organizacionais para o falante. Segundo a autora, no primeiro tipo, encontram-se as completivas e as adjetivas restritivas e, no segundo, as adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas. É justamente nesse segundo tipo que se identificam as orações adverbiais independentes, designadas pela autora como desgarradas.

Gramáticos como Góis (1955) e Garcia (1982) detectaram esse tipo de fenômeno. Góis registra esse tipo de ocorrência como uma “anomalia gramatical”, admitida por estabelecer relação com o período antecedente, considerando-a como mera continuação. Já Garcia reconhece esse tipo de estrutura como “caso de conflito entre a rigidez gramatical e a excelência estilística”, denominando-a “frase fragmentária”. O autor afirma que a gramática “mandaria procurar” a oração principal dessa construção e argumenta: “Mas o trecho é, quanto a esse aspecto, inalisável segundo os cânones gramaticais; não obstante, constitui forma de expressão legítima no português moderno” (p.118).

Garcia (2010) também faz apontamentos sobre as propriedades das orações independentes, todavia, utilizando-se do aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional, o que agrega importantes contribuições para a descrição desse tipo oracional.

A autora defende¹ a existência de um tipo de concessiva “independente” que constitui um movimento que serve à estratégia de preservação de face ou de introdução de novas informações, contrárias ao que estava sendo dito. Essas concessivas independentes, ao interromperem o fio discursivo em dado contexto, promovem a inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que estava sendo dito, em vez de restringir seu conteúdo (Barth, 2000), o que implica que não sejam consideradas casos de subordinação morfossintática e, com isso, que estejam no rol de construções que representam movimentos.

Com base no trabalho da autora, é possível afirmar que o tipo oracional enfocado neste capítulo se diferencia tanto das orações subordinadas adverbiais quanto das orações coordenadas, já que, segundo o modelo teórico da GDF, as subordinadas adverbiais, assim como as completivas e as predicativas, ocorrem como constituintes de outras orações, na camada da oração – o que não é o caso das orações investigadas pela autora, que nem mesmo apresentam uma oração principal à qual se subordinem – e as coordenadas, como unidades linguísticas com sentido autônomo, mas que formam uma única unidade de sentido juntas, na camada da expressão linguística – o que também não parece ser o caso das concessivas que representam movimentos.

Essas construções, enquanto apresentam autonomia sintática em relação ao que se estabelece em suas fronteiras, apresentam dependência pragmática com segmentos adjacentes, e é a partir dessa perspectiva que no estudo aqui apresentado defende-se a abordagem desse tipo de fenômeno como caso de subordinação, mas com orientação discursiva, conceito que será definido nas próximas seções.

1 Confira Capítulo 6 neste volume.

Uma análise para as construções adverbiais sem oração principal

No *cópus* lusófono, as construções introduzidas por “porque”, “embora”, “como” e “se”, sem a presença de oração principal, são analisadas qualitativamente segundo suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas, conforme sua função no discurso.

A essa ferramenta principal é também associado um critério funcional-cognitivo, desenvolvido por Cristofaro (2003) a partir de Langacker (1991), que trata a subordinação como uma maneira de construir uma relação cognitiva entre dois estados de coisas, de um modo tal que a um deles, o dependente, falta um perfil autônomo, sendo, por isso, construído a partir da perspectiva do outro, chamado de principal.

Partindo dessa constatação, a não subordinação morfossintática, em consequência, apresenta-se na medida em que ocorre justamente o oposto, ou seja, o estado de coisas dependente não se constitui a partir da perspectiva de outro estado de coisas. Logo, ele tem estatuto autônomo, mesmo porque não representa mais um estado de coisas, e sim camadas mais altas, o que o mune de propriedades como ter ilocução e contorno entonacional próprios, além de um conteúdo comunicado. Essa constatação, somada ao que postula a GDF, funciona como um argumento a mais na identificação dessas construções formalmente autônomas, já que representam camadas mais altas do nível interpessoal, não constituindo estados de coisas.

Propriedades interpessoais

A análise das ocorrências do *cópus*, com base nos parâmetros selecionados para sua descrição, permite observar que o papel que as construções aqui descritas assumem no discurso depende das intenções do falante ao marcar algum tipo de informação específica, função essa atribuída a movimentos determinados por definição, no nível interpessoal da teoria.

Considerando esse tipo de uso, as conjunções representam uma função específica em relação ao segmento que iniciam. Desse modo, devem ser tratadas pragmaticamente, como funções atribuídas a movimentos, semelhantes às funções retóricas atribuídas a atos discursivos. Cada conjunção enfocada representa, então, uma função que se estabelece quando movimentos estão sendo relacionados uns aos outros.

Consideremos a análise da ocorrência com “porque” em (1).

- (1) L1 quanto é que calcula que vale a sua coleção?
 L2 bem, não sei dizer, é muito difícil. eh, nã[...], não há, neste momento não há em jo[...], não está em jogo o aspecto... monetário
 L1 sim.
 L2 mas sim o da cultura. **porque agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros**
 L1 ham, ham.
 L2 sobre o animal e... estudar algumas, eh, espécies, eh, os que havia aqui em Cabo Verde, etc. por isso que... é mais é, neste momento é com[...], mais como um passatempo. (Cabo Verde 95: Colecionismo)

Durante o início da interação, L1 e L2 tratam do tema “aspecto monetário de uma coleção”, para depois instaurarem outro tema, “o conhecimento que se adquire ao colecionar”, iniciado justamente pela construção encabeçada por “porque”. Observam-se, nessa ocorrência, movimentos que se relacionam por meio de uma função que ressalta a introdução de um novo assunto no discurso, estabelecida por essa conjunção.

É possível associar essa instauração de uma nova cadeia temática a partir do uso de “porque” à segmentação tópica proposta por Jubran (2006), que identifica, para esse tipo de contexto, a presença de marcadores discursivos que têm função de prefaciadores, ou seja, funcionam como pistas, indicando que um novo assunto está sendo instaurado no discurso.

A autora identifica essas mudanças temáticas durante o percurso discursivo, no plano linear, demonstrando a segmentação

tópica do texto em diferentes assuntos que se organizam em uma sequência de articulações intertópicas, isto é, relações de continuidade e descontinuidade entre tópicos que abrangem: organização sequencial, mudança de tópico, adjacência e descontinuidade. Por sua vez, a descontinuidade pode ser representada por perturbação da sequencialidade linear, suspensão definitiva do tópico, cisão de um tópico em partes, inserção de tópico paralelo, interpolação entre dois tópicos, descontinuidade de ambos, ou, ainda, expansão posterior de um tópico, dado que passa ao primeiro plano com o desenrolar da conversação.

Em casos como o de (1), o emprego de “porque” se deve exatamente ao fato de o falante estar contribuindo para o desenvolvimento do discurso, instaurando uma nova informação que propõe mais um lance para colocar em pauta na interação, o que identifica a construção encabeçada por essa conjunção como um movimento, a camada mais alta do nível interpessoal na GDF.

A ocorrência (2) reforça essa tese, já que movimentos se constituem de um ou mais atos discursivos e representam uma reação a outro movimento instaurado no discurso, o que pode ser verificado no uso da construção em negrito.

- (2) L1 -> sim, por exemplo, há até, há alguns, por exemplo, há algumas espécies raras, dizem que, que, que s[...], que devem ser apanhadas logo ao, ao sair do casulo. porque senão perdem, eh, quebram as asas e então, eh, perdem qualidade. então, como no caso, por exemplo, dos que... colecionam o animal vivo, então esse animal tem que ser apanhado logo... ao sair da, do casulo
- L2 sim.
- L1 -> para ficar completo.
- L2 - **porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias, não é,**
- L1 -> exactamente, sim. mas é, hoje, por exemplo, eh, com a ciência avançada, como o senhor sabe, e, o animal pode ser filmado. e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal.
- (Cabo Verde 95: Colecionismo)

Essa ocorrência mostra que o uso da construção “porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias” representa uma reação de L2 ao que foi dito por L1. Por conseguinte, o ato interativo “não é” marca o final desse movimento, instigando, inclusive, a reação do interlocutor, o que comprova seu estatuto de movimento.

Além disso, o exemplo mostra dois atos discursivos compondo a construção iniciada por “porque”, um subsidiário, com função retórica orientação, representado por “esses selos”, outro nuclear, “eles baseiam-se em fotografias”, além de uma construção com função pragmática tópico, “para serem feitos”, argumento claríssimo para afirmar que a estrutura em negrito se trata, de fato, de um movimento.

Nesse exemplo, antes da introdução do movimento iniciado por “porque”, falava-se sobre “coleção de animais vivos” e, a partir de “porque”, introduz-se um novo assunto, “coleção de selos”. Esse tipo de mudança de assunto não se observa nos casos em que a estrutura iniciada por essa conjunção representa um ato discursivo. A ocorrência (3) reforça esse argumento, mostrando que, quando não há introdução de um novo assunto por segmentos iniciados por “porque”, identifica-se a função retórica motivação entre atos discursivos.

- (3) [...] o vento batendo, as janelas batendo, aquela coisa toda. aí nós ficamos meio assim, “vamos esperar passar a chuva, não sei mais o quê”. “está bom.” aí sentamos no chão, ficamos contando história para as crianças, brincando. de repente, nós escutamos um barulho, mas uma coisa assim, nós nos olhamos, nos entreolhamos e fo[...], **“alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, porque o barulho não é normal”**. aí fomos ver, as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas, [...] (Brasil 80: Fazenda)

Essa ocorrência demonstra que o ato discursivo em negrito, com a função retórica motivação, continua a lidar com o assunto introduzido previamente no discurso, que é o “barulho”. Em

outras palavras, atos discursivos não introduzem novos temas ao discurso, como o fazem os movimentos. Esse é um importante argumento para contrastar ambos os usos pragmáticos de “porque”: como função retórica motivação, entre dois atos discursivos, e como função interacional de assinalar mudança de assunto, entre dois movimentos.

Desse modo, o que se identifica, nesses casos, é uma relação entre movimentos, que pode ser chamada de relação de subordinação, por conta da dependência pragmática entre os assuntos instaurados durante a interação, e de discursiva, por se estabelecer no nível interpessoal, com o papel de organizar o discurso, anunciando a apresentação de um novo assunto a ser introduzido pelo falante.

Comportamento semelhante, no que tange à dependência pragmática entre movimentos, pode ser observado em (4), com função estabelecida por “embora”.

- (4) [...] o efectivo da banda quando aumentar nós temos muitos programas que queremos levar a cabo, mas tudo isso temos que fazer também proposta para o segundo comandante, ah, os chefes do governo, tudo isso, depois para nós entrarmos em acção porque a banda é uma banda militar.

- exacto.

-> **embora que é de carácter nacional**, porque ela é só uma, tem acompanhado trabalhos civis, e também militares, mas, ah, nós não podemos pensar só fazer, temos que, de estar autorizados para fazer isso mas, temos tudo isso.

(São Tomé e Príncipe 96: Banda)

Nesse caso, o falante, por meio do movimento que aparece em negrito, traz uma informação nova para agregar detalhes ao tema desenvolvido, proporcionando a inserção de informação relevante para que o ouvinte compreenda bem o desenvolvimento da cadeia temática. Essa relação que o movimento estabelece com o tema anteriormente desenvolvido, representado pelo movimento anterior, pode ser ilustrada como segue: 1) “[...] o efectivo da banda quando aumentar nós temos muitos programas que queremos levar a cabo, mas tudo isso temos que fazer também proposta para o

segundo comandante, ah, os chefes do governo, tudo isso, depois para nós entrarmos em acção porque a banda é uma banda militar”; 2) “exato”; 3) “embora que é de carácter nacional”. Identificam-se, assim, movimentos relacionados entre si por uma função que acrescenta informação contrastiva em relação ao conteúdo temático desenvolvido na interação.

Observe-se que, prosodicamente, há uma pausa longa e troca de turno antes da instauração da informação apresentada pelo trecho em itálico. Da mesma forma, depois da construção iniciada com “embora” ocorre, além de pausa, repetição da porção textual que antecede “embora”, como se a construção em si representasse uma ruptura entre o que a antecede e o que a segue. Isso indica que não há integração ou dependência com uma suposta oração principal, e sim outro tipo de dependência, a discursiva, em que a informação oferecida acrescenta uma nova contribuição ao discurso acerca do tema instaurado, dessa vez com o formato de uma inserção. Nas ocorrências em que há presença de movimento iniciado por “embora”, observa-se a inserção de uma informação de valor contrastivo acerca do tema que já está sendo desenvolvido no discurso, contribuindo para a evolução da interação.

Garcia (2010) relaciona esses casos ao que Crevels (2000a) denomina de concessivas textuais, uma vez que não modificam a oração principal, mas sim uma unidade textual inteira precedente. Isso atesta a afirmação aqui apontada de que a relação existente nesses casos é de dependência pragmática, ou melhor, interpessoal, pois, como também identificado por Garcia (2010), o falante, nessas circunstâncias, “considera pertinente informar ao ouvinte o conteúdo comunicado na oração concessiva” (p.151).

A autora mostra ainda que, na análise de seus dados, as orações que se pospõem a estruturas iniciadas por “embora” são em geral introduzidas por “mas”, que tem a função de indicar a retomada do fio discursivo, interrompido em função da inserção da oração concessiva, papel também exercido por “então”. O exemplo (5) do corpus lusófono traz ocorrência com a presença de “mas”.

- (5) -> o que é que a Sida pode fazer, como é que se pode prevenir a Sida.
 - hum.
 -> a Sida é uma doença ainda que não tem cura.
 - hum.
 -> **embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue**, *mas* ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da Sida é a morte, infelizmente. (Guiné-Bissau 95: Sida)

Como apontado por Garcia² a propriedade de oração inserida dessas construções, na língua falada, permite compará-las às inserções parentéticas, uma modalidade de inserção definida como “breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem”, de acordo com Jubran (2006, p.303).

Para essa autora, os parênteses introduzem informações relacionadas à dimensão pragmática, materializando a atividade interacional no texto falado, função aqui reconhecida e definida como uma inserção que acrescenta alguma informação de contraste ao tema que já está sendo desenvolvido no discurso.

As orações que surgem depois dos parênteses, por sua vez, podem apresentar várias marcas de reintrodução do tópico discursivo, como as que foram constatadas nos dados do *cópus lusófono*, quais sejam: 1) uso de conectivos que atam a oração posterior à anterior ao parêntese, em geral representados por “mas” ou, às vezes, por “porque”; 2) uso de atos interativos, como “não é?”, “eh”; 3) repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto que antecede o parêntese; 4) parafraseamento de trechos precedentes ao parêntese.

Garcia (2010) sustenta ainda que a inserção da construção se deve ao julgamento feito pelo falante de que a “concessão” é relevante do ponto de vista informacional, já que ele não expressa mais do que a sua intenção comunicativa para ser compreendido (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.60).

2 Confira Capítulo 6.

Defende-se que essa relevância do ponto de vista informacional, levada em conta pelo falante, emerge da função que essa construção desempenha no discurso, reconhecida aqui como orientação de organização discursiva, semelhante à assinalada por Jubran (2006) quando da identificação das classes parentéticas.

Essa autora identifica quatro classes de parênteses: 1) com foco na elaboração tópica do texto; 2) com foco no locutor; 3) com foco no interlocutor; 4) com foco no ato comunicativo. Nessa ordem, as quatro classes refletem graus sucessivos, em um *continuum* de menor explicitação verbal do ato interacional no texto e maior aproximação do tópico, passando por duas classes intermediárias em que é acrescida a presentificação do locutor e do interlocutor na materialidade textual, até chegar ao afastamento máximo do tópico e conseqüente aproximação maior do ato interacional.

Identifica-se, nos dados, grande semelhança entre o papel desempenhado pelas construções iniciadas com “embora” que organizam o discurso e a classe parentética com foco na elaboração tópica do texto, já que não rompem por completo com o tema proposto na interação antes de sua inserção, acrescentando informação contrastiva justamente em relação a esse tema.

Em contrapartida, com respeito à função estabelecida por “como”, o movimento instaurado tem o objetivo de situar o interlocutor em relação a algo que já foi estabelecido no discurso, como se observa em (6).

- (6) L1 você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme. teve um fundamento, você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme... e a letra da música. pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela, **como eu estava dizendo**

L2 é.

- L1 me chamou a atenção. e eu por ser uma aluna quieta, não sou de mexer com ninguém, fiquei chocada com a atitude dela falei “poxa, tan[...], gosto tanto de inglês”
(Brasil 93: Festa de estudante)

Nessa ocorrência, o conteúdo que se tenta recuperar está distante no discurso, e a função que a construção desempenha é a de chamar a atenção do ouvinte para isso. Essa função se estabelece entre movimentos distantes entre si textualmente, ou seja, engloba porções do discurso que pertencem a camadas mais altas que a do movimento. Para ilustrar como se estabelece essa relação, observemos localmente suas fronteiras com outros movimentos: 1) “pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela”; 2) “como eu estava dizendo [...]”. Na relação entre esses segmentos, identifica-se uma função que se relaciona à preocupação do falante de resgatar na memória do ouvinte informações dadas no discurso.

O exemplo (7) também ilustra essa propriedade.

- (7) L1 e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?
- L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, **como eu já antes tivera dito**, não é, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim
(Angola 97: Jovem Gaspar)

O trecho “**como** eu já antes tivera dito” não se refere a uma oração principal anterior, mas sim a algo que foi dito muito antes da oração que antecede o trecho, a ponto de o falante enfatizar mais uma vez o conteúdo que dissera anteriormente. Nesse caso, “como” também protagoniza o papel de prefaciando uma inserção, assim como “embora”, todavia, de maneira a oferecer uma contribuição ao discurso, no sentido de monitorar a atenção do ouvinte para algo em específico que precisa ser novamente ativado em sua memória. Há nesse uso, inclusive, um apelo para evocar o conhecimento compar-

tilhado entre os dois interlocutores, instaurado durante a interação, daí a atitude do falante de remeter a esse conhecimento por meio da inserção de um movimento com essa função.

Nesses casos, há intenção por parte do falante de orientar o ouvinte a ativar em sua memória informações que já foram dadas no discurso ou que sejam de conhecimento de mundo e que o falante imagina que o ouvinte compartilhe com ele (Stassi-Sé, 2011). Trata-se, portanto, de monitoramento da interação, que ocorre por meio de uma inserção parentética, nos moldes explicitados por Jubran (2006).

Entretanto, nesse caso, verifica-se que os segmentos iniciados por “como” identificam-se com a classe parentética com foco no interlocutor, já que o falante preocupa-se em fazer o ouvinte acessar conhecimentos do discurso e do componente contextual para que seja dada sequência na cadeia temática.

Esse uso faz referência ao que defende Kortmann (1997), na especificação de categorias semânticas, em seu estudo sobre a subordinação adverbial nas línguas da Europa. O autor apresenta, dentro do âmbito modo, a relação de comentário/acordo, em que a construção adverbial expressa o comentário do falante em relação ao conteúdo da oração principal. Essa relação se estabelece, tipicamente, com o objetivo de afirmar a verdade e a plausibilidade do conteúdo veiculado pela oração principal, em que a oração adverbial identifica a fonte da informação do falante ou expressa acordo com a opinião de alguém, como mostra o exemplo (8).

- (8) As you said, George has no children. (Kortmann, 1997, p.88)
Como você disse, o Jorge não tem filhos.

Entretanto, no estudo aqui apresentado, reconhece-se que essa função pode ser desempenhada por uma construção que não esteja necessariamente vinculada a uma oração principal, isto é, pode ocorrer com orientação discursiva, em um domínio transfrástico, desempenhando uma função interacional, como mostrado em (9).

- (9) – *então, como eu estava falando*, *então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? ah! e tem muita coisa assim curiosa, sabe, que você fala “puxa, mas isso não está certo”. então, tanto é que eles adoptam muito, tem leis que eles, tem caso de lei que a gente teve que estudar a lei mas que não vale mais porque o costume não aceitava a lei, sabe [...] (Brasil 80: Mundo do direito)

Além da presença da pausa e da mudança na tessitura, verifica-se a presença de atos interativos nas adjacências da construção “então”, o que comprova seu uso no domínio discursivo, servindo para relacionar porções textuais maiores do que orações.

Resta ainda esclarecer como se instaura a função estabelecida por “se” em contextos como (10).

- (10) porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, promover a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, **se eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Angola 97: Meninos de rua)

Levando em conta o contexto anterior à construção iniciada com “se”, o que se observa é que o falante busca atenuar o valor do que foi dito sobre as crianças, pois ele não avalia o resultado da volta da criança ao convívio social como uma reintegração ideal. A relação entre os movimentos se dá como segue: 1) “porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, promover a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente

assim bem, eh, reintegrada”; 2) “se eu posso dizer”. Nessa relação, considera-se que o falante, por não estar certo da informação que introduziu no discurso, utiliza-se da estrutura iniciada por “se” para atenuar essa informação.

O uso de “se” para inserir uma espécie de atenuação em relação ao que foi dito antes não se refere a uma sentença anterior específica, mas a um movimento anterior inteiro, o que comprova também seu caráter de dependência pragmática. O falante, por meio da inserção da construção iniciada com “se”, avalia seu comentário como algo que pode causar algum tipo de estranhamento ao interlocutor, por isso introduz um segmento para atenuar o que foi dito, instaurando outro movimento.

Mais uma vez, existe uma tendência em monitorar a interação, assim como no uso das construções iniciadas com “como”.

Em (10), quando o falante utiliza “se” para iniciar o movimento, sua intenção é atenuar um conteúdo que, de seu ponto de vista, pode gerar discordância por parte do interlocutor. Nesse caso, é identificada uma função metadiscursiva em que o falante revela preocupação com relação ao uso do termo “reintegrada”, introduzido no movimento anterior àquele iniciado por “se”, com o qual se relaciona discursivamente. O falante faz uso dessa construção com o objetivo de preservar sua face. O movimento oferece a oportunidade de ele próprio corrigir o conteúdo que está trazendo no discurso.

Nesse uso, observa-se o estatuto de autonomia da construção “se eu posso dizer”, que, tanto quanto as construções iniciadas com “como”, também apresenta valor parentético, funcionando como um movimento que gera uma reação por parte do interlocutor. Entretanto, nesse caso, a função desses segmentos relaciona-se a uma estratégia de polidez (Brown; Levinson, 1987).

Oliveira (2004), ao analisar a estrutura “se eu não me engano”, defende que esse tipo de condicional licencia uma estratégia de descomprometimento, ao permitir que o falante demonstre sua incerteza em relação ao conteúdo proposicional veiculado pelo que a autora considera “oração núcleo”. Para a autora, o falante coloca seu enunciado sob o domínio do valor de incerteza, descomprometendo-se com a verdade dessa proposição, e utiliza esse tipo de con-

dicional para preservar sua face. Caso seja constatada a não verdade de seu enunciado, o falante constrói o efeito de sentido de polidez. Ela também considera que as condicionais “se não me engano” podem estar experimentando um processo de gramaticalização, já que, ao analisar os aspectos formais desse tipo de construção, verifica que se realizam como uma espécie de expressão cristalizada, sendo possível, inclusive, observar algumas diferenças entre essas condicionais e o que ela denomina de “condicionais comuns”.

A ocorrência “se eu não me engano”, encontrada no corpus lusófono, confirma a preocupação do falante de não se comprometer com o que enuncia, remetendo cataforicamente a um termo que a segue, como visto em (11).

(11) – para qual cidade você foi?

-> eu fui para Porto Alegre mas, ah, eu fiquei em cida[...], hospedada numa outra cidade vizinha, **se não me engano** é Esteio, é perto de Canoas, é uma coisa assim, e, mas depois eu peguei, junto com o pessoal da, da Federal de São Carlos, nós fomos fazer os circuitos das, ah, das vinícolas, não é, então, Bento Gonçalves, toda aquela região de, ah, de vinícolas e tal, ah, a go[...]

Diferentemente das construções iniciadas por “como”, que assumem formatos diferentes em cada uma das ocorrências levantadas, sempre se referindo ao que já foi dado no discurso, o formato das estruturas iniciadas por “se” é sempre “se eu posso dizer” ou “se não me engano”, o que, de certa maneira, serve como indicativo de uma tendência à gramaticalização desses segmentos.

Contudo, no trabalho apresentado neste capítulo, considera-se que essas construções não se referem a uma oração principal em particular, como apontado por Oliveira (2004), mas sim a porções textuais maiores. Estas porções representam proposições presentes nos segmentos anteriores ou posteriores à construção iniciada por “se” e não se referem a uma oração específica, o que comprova que essa estratégia de polidez, aqui representada pela função de monitoramento da interação, não se restringe à relação entre sentenças.

Brown e Levinson (1987) entendem a polidez como uma atitude de preservação da face, pela qual é permitido ao falante

atenuar os efeitos indesejados que um enunciado pode produzir durante uma situação comunicativa. Nesse sentido, o movimento inserido parece atender às suas necessidades em relação ao que ele mesmo projeta na interação, com base nas informações pragmáticas que acredita que o ouvinte possui, remetendo-nos, desta vez, ao papel expresso pelo parêntese com foco no locutor (Jubran, 2006), diferentemente das inserções iniciadas por “embora” e por “como”.

Como se observa, para compreender o funcionamento dessas construções, é necessário um olhar mais ampliado para o contexto em que as ocorrências emergem, ou seja, é preciso expandir a análise do plano da relação entre orações para o plano da relação entre movimentos. A partir do que se constatou até agora, não há como pensar que a relação que essas construções estabelecem com o contexto resume-se à subordinação a uma oração principal.

Além disso, como atestado nos exemplos discutidos, essas estruturas propiciam a ocorrência de atos interativos antes e depois da construção independente, assinalando não só o início e o término de um ato discursivo, mas também o início e o término de um movimento.

Os dados revelam que na maioria das construções há a presença de atos interativos definindo fronteira. Entretanto, é maior a concentração deles em construções que expressam transição entre assuntos e acréscimo de informação contrastiva. Os exemplos em (12) reforçam como acontece o uso de atos interativos nas diferentes funções.

- (12) a então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é?**, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar “olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo”, não é (Brasil: Surpresas da fotografia)

- b L1 e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?
- L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, **como eu já antes tivera dito, não é?**, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim
(Angola 97: Jovem Gaspar)
- c L1 -> e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.
- L2 - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, **não é?, porque em casa normalmente é a mulher que trabalha...**
- L1 ->ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.
(Portugal 96: Marido ideal)

A presença desses atos interativos, representados nas ocorrências por “não é?”, delimita os movimentos e mostra que essas estruturas são unidades de informação à parte, constituindo relações que ocorrem no nível pragmático.

Os atos interativos encontrados nas ocorrências do cópulus são “então” e “não é?”, o mais frequente, que serve de estímulo para o interlocutor, se quiser, reagir à informação apresentada ou mesmo tomar o turno. Também foram encontrados operadores de movimento, como “mas” e “pois”.

A presença desses atos interativos e operadores reforça a natureza de movimento desse tipo de construção, que age no discurso de forma a oferecer novas contribuições para a continuidade da interação comunicativa, orientando as relações entre falante e ouvinte.

Propriedades representacionais

Observa-se, pela análise das ocorrências, que todas as construções constituem conteúdos proposicionais verdadeiros e são, portanto, semanticamente, factuais. As ocorrências em (13a) e (13b) mostram exemplos de construções factuais iniciadas com “como” e com “se”.

- (13) a a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, porque, eh, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome (Angola 97: Meninos de rua)
- b -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (Guiné-Bissau 95: Mulher africana)

Nesses dois exemplos, reconhece-se a propriedade de factualidade, pelo fato de ambos constituírem construções com maior grau de sentencialidade e, por isso, com maior autonomia semântica e sintática, características formais atribuídas à camada mais alta do nível representacional, ou seja, o conteúdo proposicional.

Como as construções aqui descritas constituem movimentos no nível interpessoal, semanticamente, o não compartilhamento de participantes é frequente, o que indica maior autonomia e menor grau de integração entre as construções adjacentes, como demonstrado em (14).

- (14) -> não vamos dizer que é o pensamento moçambicano. É um sentimento de desportista. **porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar.**

No exemplo, antes da construção encabeçada por “porque”, é possível reconhecer que há referência a “um sentimento desportis-

ta” e, logo em seguida, o falante se refere ao termo “toda pessoa”, o que comprova maior autonomia da construção que comporta a conjunção.

Entretanto, nas situações em que há correspondência entre participantes, mesmo assim sobressai o valor da informação que está sendo reintroduzida, como em (15).

- (15) [...] portanto, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. *porque* m[...], há, há atletas que estão muito bem na vida, e mesmo aqui em Famalicão, aqui não conheço nenhum que esteja mal, que aqui as pessoas conseguiam sempre dar-lhes emprego, tinha, todos bem. não conheço nenhum que acabasse aqui na miséria. também as pessoas não deixavam. (Portugal 97: Desporto e dinheiro)

Nesse exemplo, da variedade portuguesa, o falante faz referência a “eles” e depois retoma “atletas” na construção encabeçada por “porque”, e mesmo assim observa-se o valor de autonomia semântica da construção em relação ao que a antecede, o que mostra que o domínio pragmático prevalece sobre o domínio semântico para esse tipo de fenômeno.

Essas construções, embora possam ser identificadas, semanticamente, como conteúdos proposicionais, não se determinam nesse nível. A propósito, cabe ressaltar que a análise semântica das ocorrências não revela descobertas tão produtivas como aquelas encontradas no nível pragmático, o que reafirma o valor discursivo desse tipo de construção. A descrição das propriedades semânticas concernentes a esse tipo de estrutura apenas se presta para a constatação da autonomia semântica dessas construções em relação ao que as circunda.

Propriedades morfossintáticas

Morfossintaticamente, esses tipos de construção representam uma expressão linguística, mas sem elo de dependência morfossin-

tática com outras construções anteriores ou posteriores. Podem funcionar inclusive como inserções, ou seja, como cortes sintáticos entre as porções textuais que as antecedem e as seguem, não representando casos de coordenação, tampouco de subordinação adverbial. Constituem, assim, unidades de sentido que não exibem dependência morfossintática, mas pragmática, no nível interpessoal.

A ocorrência (16) demonstra esse funcionamento.

- (16) L1 claro, também há os grupos, exacto. mas pareceu-me um bocado diferente daqui do Porto. é evidente que as pessoas de Lisboa também chegam aqui, e, e também têm essa sensação, não é, um bocado.
 L2 não, mas eu noto
 L1 **embora reconheçam mais que há mais**
 L2 hum, hum.
 L1 eh, que há o, um, digamos, há outro calor humano.
 (Portugal 95: Grandes cidades)

Como se observa, a construção é determinada pragmaticamente e acontece como um movimento de reação ao que foi dito antes. No nível morfossintático, constitui uma expressão linguística que tem unidade de sentido, sem depender, em termos morfossintáticos, de nenhuma porção textual anterior ou posterior. Observa-se, portanto, que as outras relações podem ser explicadas da mesma forma, pois todas constituem movimentos.

A análise mostra ainda a tendência de as formas verbais aparecerem finitas, no modo indicativo, o que reforça a autonomia morfosintática dessas estruturas. Os exemplos (17), (18) e (19) atestam o que a análise dos dados revela.

- (17) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher.
 (Guiné-Bissau 95: Mulher africana)

- (18) -> o que é que a Sida pode fazer, como é que se pode prevenir a Sida.
 - hum.
 -> a Sida é uma doença ainda que não tem cura.
 - hum.
 -> **embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue**, mas ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da Sida é a morte, infelizmente.
 (Guiné-Bissau 95: Sida)
- (19) -> e, e uma pessoa conhece e assim
 - claro.
 -> pois. mas eu até penso que sim, que eles eram pessoas para, para irem assim também à missa, não sei, mas isso...
 - **porque, normalmente eles são, têm, são c[...], são cristãos, mas não são católicos.**
 -> pois. é isso. pois
 - pois.
 -> que eu tenho também ouvido... falar, sim.
 (Portugal 97: Base militar)

Além dessa tendência de funcionamento morfossintático, os participantes das construções analisadas, quando expressos, podem se apresentar de forma lexical, como pronome reto e até mesmo oblíquo. Como se vê, a codificação dos participantes não é definidora das propriedades desse tipo de construção, já que elas podem apresentar os participantes de diversas formas e, ainda assim, manter seu estatuto morfossintático autônomo. Isso sinaliza que essas questões estão mais ligadas ao domínio textual e estão relacionadas com a coesão e a coerência do discurso, mais uma vez determinadas discursivamente.

Observa-se que as funções identificadas nesse tipo de construção são codificadas, em termos morfossintáticos, pelas mesmas conjunções da subordinação adverbial: (“porque”, “embora”, “se”, “como”), analisadas na segunda seção deste capítulo. Entretanto, quando utilizadas com a intenção de expressar funções interacionais, essas conjunções não indicam elo morfossintático com orações imediatamente anteriores ou posteriores, como ocorre na subordinação adverbial, conforme apontado pelas gramáticas e estudos de orientação funcional apresentados, mas sinalizam introdução de uma expressão linguística.

Aqui, essas conjunções são reconhecidas como conjunções lexicais, ou seja, conjunções que participam na expressão do significado. Entretanto, quando introduzem movimentos, no nível interpessoal e, em consequência, expressões linguísticas, no nível morfossintático, apresentam uma função interacional que se distancia de outros usos em que expressam funções retóricas entre dois atos discursivos, ou funções semânticas entre uma oração subordinada e uma oração principal. Representam funções interacionais estabelecidas por meio de relação de dependência pragmática entre movimentos, ocorrendo, em termos morfossintáticos, como prefaciadores de uma unidade linguística com sentido completo.

Propriedades fonológicas

Outra característica importante observada nesses tipos de estrutura é a independência fonológica entre os segmentos envolvidos, que revela seu estatuto de autonomia prosódica.

Os segmentos analisados relacionam-se a um enunciado, maior unidade de análise no nível fonológico, ao passo que os atos discursivos relacionam-se ao sintagma entonacional, que constitui uma unidade menor do que o enunciado e que pode ser equiparada ao ato discursivo, no nível interpessoal do modelo da GDF.

O enunciado é relacionado topicalmente e caracterizado fonologicamente por apresentar tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo na sílaba tônica final, que costuma ser seguido por uma pausa significativa.

Observa-se, assim, que as construções apresentam quebra entonacional, com pausa longa em todas as ocorrências, identificadora de enunciados, o que pode ser verificado tanto pela transcrição dos inquéritos quanto pela audição das ocorrências analisadas.

Além de pausa, tanto a tessitura quanto a velocidade das construções envolvidas apresentam alteração, sobretudo nos casos com “embora”, “como”, “se”.

Tenani (1997) revela a tendência de essas construções parentéticas coocorrerem com aumento da velocidade da fala e mudança de tessitura (normalmente mais baixa ou mais alta do que as porções

textuais anteriores e posteriores). A autora sustenta ainda que ocorre mudança na direção da altura da sílaba final acentuada (curva descendente, em geral) e pausa, o que assinala a formação de um grupo entonacional (ibidem, p.792).

Essa constatação traz fortes evidências da autonomia prosódica dessas construções, o que pode ser observado na ocorrência (20), tomada como exemplo, em que se destacam na transcrição os sinais indicadores de pausa.

- (20) - acha que o homem facilmente pode entrar nas tarefas que eram, normalmente, d[...], especialidade da mulher?
-> tem que se ir habituando aos poucos. **porque há homens que quando querem fazem as mesmas coisas que uma mulher, em casa.** quando eles não querem é que já é pior. mas acho que sim. acho que aos poucos conseguem. e mesmo, não digo, por exemplo, uma mulher pode cozinhar, não é, mas há outras coisas para além de cozinhar que se podem fazer em casa. e acho que é principalmente isso.
(Portugal 96: Marido ideal)

No exemplo, a evidência de pausa aparece na transcrição, pela utilização do ponto final, que identifica a autonomia prosódica desse trecho, comprovando seu estatuto de movimento. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o caráter de completude de um movimento na língua falada pode ser indicado entonacionalmente e, neste caso, o nível fonológico é sensível à extensão de cada movimento indicado no nível interpessoal (p.50).

Dessa forma, é possível relacionar os movimentos, pragmaticamente identificados, a enunciados, fonologicamente identificados, em que as pausas são ainda mais longas do que aquelas que marcam o início e o fim de sintagmas entonacionais e não podem ser confundidas com pausas hesitativas.

A atribuição de função interacional: subordinação discursiva

A partir da análise e da interpretação dos dados, é possível sistematizar o funcionamento das construções iniciadas por “porque”, “embora”, “como”, “se”.

Os movimentos iniciados por “porque” marcam a transição entre estruturas temáticas diferentes, reforçando o argumento que reconhece sua natureza discursiva de focar o conteúdo tratado no discurso, enquanto os movimentos iniciados por “embora” se desviam do tema para acrescentar informação contrastiva em relação ao conteúdo, mostrando menor enfoque em relação à estruturação do tema, se comparado com a relação estabelecida por “porque”.

Diferentemente, os movimentos iniciados por “como” se desviam do tema para chamar a atenção do ouvinte para algo que já foi falado, reativando, na memória do interlocutor, informações dadas no discurso, assinalando maior enfoque no ouvinte, enquanto movimentos iniciados por “se” desviam-se do tema para inserir um comentário atenuante do locutor, que está preocupado em preservar sua face frente ao que foi introduzido no discurso e, em consequência, enfocando o papel do falante.

Desse modo, cada uma das funções interacionais identificadas apresenta propriedades específicas que podem ser tratadas segundo duas perspectivas: da organização discursiva, servindo para estabelecer a organização e a apresentação do conteúdo discursivo, e do monitoramento da interação, servindo para criar condições de interação aos participantes, as quais precisam ser preenchidas para o discurso ser implementado.

Com isso, assume-se que as funções interacionais podem ser, *a priori*, de dois tipos: 1) aquelas que estão mais voltadas para o plano do conteúdo, materializando, na interação, marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que o compõem; 2) aquelas que estão mais voltadas para o plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre os participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do ouvinte.

Os diferentes movimentos representados por diferentes funções se distribuem de variados modos em relação ao enfoque que privilegiam: ora voltam-se para o conteúdo da mensagem, ora para o falante, ora para o ouvinte. Isso só pode ser determinado ao se levar

em conta a estrutura temática dos movimentos envolvidos, já que é a partir dela que se verifica se houve maior ou menor desvio em relação às intenções pragmáticas de organizar o discurso no que diz respeito ao fio temático que o conduz, ou em direção ao monitoramento dos participantes da situação comunicativa.

Essa proposta se identifica com um dos princípios da perspectiva textual interativa (Jubran; Koch, 2006), que trata dos fenômenos linguísticos que se distribuem entre funções mais ou menos textuais e mais ou menos interativas. Observa-se uma visão integrativa entre estruturas e seu processamento textual, o que significa reconhecer a existência de regras que caracterizam a organização do texto e a sistematicidade da atividade discursiva.

Assim, propõe-se um espaço no nível interpessoal para discutir a orientação da função interacional que movimentos podem desempenhar nas situações de comunicação, de acordo com a especificidade de seu funcionamento: as construções iniciadas por “porque” e “embora” apresentam, respectivamente, as funções transição (introduzem um novo tema) e adendo (inserem informação contrastiva relativa ao tema tratado no discurso), e constituem funções interacionais de organização discursiva, enquanto as construções iniciadas por “como” e “se” apresentam, respectivamente, as funções resgate (reativam na memória do ouvinte informações dadas) e salvaguarda (atenuam informações dadas pelo falante), e constituem funções interacionais de monitoramento discursivo.

Lembre-se que a função interacional se diferencia tanto da função retórica como da função pragmática, determinadas igualmente no nível interpessoal do modelo. A primeira representa aspectos formais das unidades linguísticas que refletem a estrutura global do discurso (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.46), ocorre entre atos discursivos (nuclear e subsidiário) e relaciona-se fundamentalmente: 1) à maneira como os atos discursivos são ordenados para expressar a estratégia comunicativa do falante; 2) às propriedades formais dos enunciados que influenciam o interlocutor a aceitar os propósitos do falante. Já a segunda ocorre dentro de um ato discursivo individualmente e é atribuída a subatos (de atribuição e

de referência), ou ao conteúdo comunicado como um todo. São as funções pragmáticas de tópico, de foco e de contraste.

O fato de que essas estruturas investigadas consistem em movimentos, direcionados por funções interacionais, e não atos discursivos, dirigidos por funções retóricas, pode ser comprovado pelo que segue em (21), (22), (23), (24) e (25).

1. A abertura de espaço para reação do interlocutor, evidenciada em (21) por meio do ato interativo “sabe?” e pela abertura de novo turno com o segmento “sei”.

(21) - o ano passado, quando t[...], aproveitou-se um congresso de médico que não se foi, aí, em vez de nós irmos ao congresso, no meio do caminho eu disse “vamos a Minas”. aí, lá fomos nós para Ouro Preto, Mariana e aquilo tudo. depois fomos a São João del Rei e Tiradentes. é o que eu te disse que adorei, mas adorei! **porque eu gosto muito de coisa antiga, sabe?**

-> sei.

- a minha família, como toda família de Pernambuco, tem uma mania de coisas antigas, de casa, de móvel, meu pai foi fazendeiro, então, tem essa história toda aí, eu gosto muito, sabe, e eu achei, mas eu achei uma be[...], adorei!

(Brasil 80: Arte urbana)

2. Retomada do fio discursivo interrompido pela inserção do movimento, como se observa em (22), com a repetição do segmento “como eles valorizam”.

(22) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é?**, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar “olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo”, não é (Brasil: Surpresas da fotografia)

3. Presença de atos interativos, operadores e modificadores de movimento no início ou no final do movimento, como demonstram “não é?” em (22) e “então” em (23).

- (23) -> *então, como eu estava falando, então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? (Brasil 80: Mundo do direito)

4. Referenciação às pessoas do discurso, como no segmento “como (você) afirmou” em (24), que indica preocupação com a interação.

- (24) de facto, **como afirmou**, *eh*, a situação política, *eh*, condicionou a situação linguística. antes o ensino do português era oficial, apoiado pela, governo e igreja, hoje está completamente banido. a situação actual, o aprendizagem do português foi ainda feito pela igreja, até mil novecentos noventa e dois, no Externato São José, que foi encerrado depois de doze de Novembro (Timor Leste 99: Regras)

5. Presença de pausa e de distinções de tessitura nas fronteiras do movimento, que ajudam a marcar o fim de um enunciado e o começo do subsequente, representadas na transcrição do exemplo (25) pela vírgula.

- (25) a... ter contactos com as, com os rapazes, *eh*, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, *eh*, passe o termo. *eh*, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, *porque, eh*, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome [...] (Angola 97: Meninos de rua)

Esses aspectos podem ocorrer todos simultaneamente ou combinados. Contudo, a pausa, a mudança de tessitura e de velocidade de fala e a abertura para reação por parte do interlocutor acontecem sempre de maneira simultânea.

Comprova-se, assim, que esses movimentos, conectados por funções interacionais, são discursivamente dependentes uns dos outros. Essa descoberta faz surgir uma importante discussão sobre as relações de dependência entre unidades linguísticas, levando a concluir que a melhor sugestão para o tratamento desse tipo de construção é sua abordagem no domínio da subordinação, mas entre porções textuais de camadas mais altas do que a da oração.

Em função dessa constatação, propõe-se, para esse tipo de subordinação, que se dá no plano do discurso, a categoria de subordinação discursiva, que parece bastante apropriada não apenas para os casos aqui investigados, mas para quaisquer outras conjunções, em quaisquer outras línguas, que possam ter propriedades semelhantes de conectar movimentos com diferentes funções interacionais.

Palavras finais

A análise das ocorrências do córpus lusófono leva à constatação de que as construções aqui investigadas assumem, discursivamente, um uso diverso, que não pode ser explicado apenas morfossintática ou semanticamente, como fazem, em geral, as gramáticas normativas e alguns estudos que se restringem a análises no nível da relação entre orações.

Para explicar essas construções, é necessário considerar a relação entre porções maiores do discurso, que dependem pragmaticamente umas das outras, além de levar em conta seus traços de autonomia semântica, morfossintática e fonológica.

No que tange à categorização, sustenta-se que, no nível interpessoal, assumem propriedades de movimentos; no nível representacional, são conteúdos proposicionais; no nível fonológico, enunciados; e no nível morfossintático, atingem o estatuto formal

de expressões linguísticas, ou seja, estruturas que se configuram como qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser utilizado de modo independente (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Essas propriedades morfossintáticas fornecem a esse tipo de construção, denominada pela literatura corrente como “não subordinada”, “desgarrada” ou “independente”, uma categoria formal em que se inserir.

Em virtude das informações levantadas, é possível concluir que essas construções são determinadas pragmaticamente e destacadas prosodicamente, com funções interacionais no nível interpessoal, para agilizar a organização do discurso ou o monitoramento da interação, sendo então codificadas, no nível morfossintático, pelas mesmas conjunções que operam na subordinação adverbial, mas são utilizadas pelos falantes, nesses casos, com finalidade interacional de:

- transição, no caso do uso de “porque”, concentrando-se no tratamento do conteúdo temático, indicando a entrada de informações novas que impulsionam o discurso;
- adendo, no caso do uso de “embora”, também enfocando a organização do conteúdo discursivo, na medida em que acrescenta informação contrastiva em relação ao conteúdo temático;
- resgate, no caso do uso de “como”, com enfoque no ouvinte, priorizando o monitoramento interacional, reativando na memória do interlocutor informações dadas no discurso;
- salvaguarda, no caso do uso de “se”, com enfoque no falante, que monitora a interação para preservar a face.

Considera-se que o domínio discursivo, determinante para esse tipo de construção, é hierarquicamente superior, em termos funcionais, aos domínios representacionais, morfossintáticos e fonológicos, o que, por conseguinte, nos direciona para a proposição de uma escala de dependência discursiva em que importa evidenciar as propriedades interacionais dessas construções, e não seu grau de subordinação discursiva, como mostrado na Figura 1.

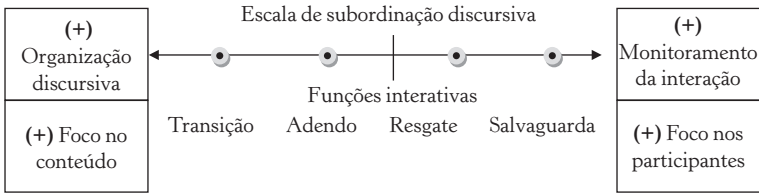


Figura 1 – Escala de subordinação discursiva

Sabendo que essas construções se referem a um mesmo tipo de fenômeno que emerge no nível da organização do discurso, entre porções textuais maiores, mais do que na relação de (in)dependência entre orações, propôs-se aqui sua abordagem em um domínio diferente de subordinação, orientada discursivamente, o que representa um grande ganho para o tratamento da adverbialidade, propiciado pela análise do fenômeno à luz da teoria da GDF, que possibilitou sistematizar, em diferentes níveis e camadas, o funcionamento desse tipo de construção.